

PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

N.º 3 (2016)



A febre do arquivo. O “efeito Benjamin” e as revoluções angolanas

Ruy Llera Blanes

This article is part of the issue “The archive and the subaltern”,
edited by Carolien Stolte and António Rego.

Práticas da História, n.º 3 (2016): 71-92

www.praticasdahistoria.pt

Ruy Llera Blanes

**A febre do arquivo.
O “efeito Benjamin” e as revoluções angolanas**

Neste artigo, discuto a importância do “arquivo” no contexto das atuais lutas políticas que estão a ter lugar em Angola. Partindo do conceito de *mal d’archive* de Jacques Derrida, argumento que a atual dialética política produz uma distinção entre arquivos hegemónicos e subalternos em confronto. Ao analisar o arquivo subalterno do chamado movimento Revú, descreverei os processos através dos quais ele cria uma epistemologia alternativa à narrativa oficial do regime angolano.

Palavras-chave: Angola; Arquivo; Anamnese; Benjamin.

**The Archive Fever.
The “Benjamin effect” and the Angolan revolutions**

In this article I discuss the importance of the “archive” in the context of the current political struggles which are happening in Angola. Departing from Jacques Derrida’s notion of *mal d’archive*, I argue that the current political dialectic produces a distinction between hegemonic and subaltern archives, which exist in confrontation with one another. Analyzing the subaltern archive of the so-called Revú movement, I will describe the processes through which it creates an alternative epistemology to the official narrative of the Angolan government.

Keywords: Angola, Arquivo, Anamnesis, Benjamin.

A febre do arquivo.

O “efeito Benjamin” e as revoluções angolanas

Ruy Llera Blanes*

Introdução

Em 1995, Jacques Derrida escrevia sobre o *mal d'archive* (“*archive fever*”, na sua tradução inglesa), para se referir à ansiedade aparentemente inevitável e própria da modernidade, de um *arkhē*: uma organização do mundo nomológica, que passa obrigatoriamente por princípios de *commencement* (isto é, de identificação dos inícios ou géneses das coisas), e de *commandment* (isto é, de identificação das hierarquias ordenadoras das coisas). Isto por sua vez deriva em duas “ordens das ordens”: sequencial (temporalizante) e jussiva (politizante)¹.

Ao invocar neste artigo a ideia de *mal d'archive* para a questão angolana, não estou de todo interessado em ensaiar uma replicação psicanalítica da ansiedade freudiana num contexto nacional específico. Pretendo olhar para o problema do arquivo como expressão dessas duas “ordens das ordens”: temporalidade e política. Em particular, exploro a ideia do arquivo enquanto instrumento ou veículo de luta e contestação, pois, como dirá o próprio Derrida, “não existe poder político sem o controlo do arquivo”². Utilizo aqui uma noção abrangente de arquivo, que se refere a um processo de anamnese: a invocação e sistematização de memórias e factos históricos em função do estabelecimento de uma historiografia concreta, politicamente informada. Neste contexto, seguindo Ann Stoler, entendo o arquivo enquanto “monumento do Esta-

* INCIPIT.

1 Jacques Derrida, *Archive Fever. A Freudian Impression* (Chicago: University of Chicago Press, 1995), 1.

2 Derrida, *Archive Fever*, p. 4; tradução minha.

do”, isto é, uma tecnologia reflexo de um contexto de produção política de conhecimento, tal como acontecera no âmbito dos arquivos coloniais³. Isto, numa primeira instância, implica reconhecer a importância da dimensão epistemológica no processo - a “*command of language and language of command*” de que falava Bernard Cohn⁴ -, ou seja, a forma como os registos semânticos se inserem em processos de inscrição e autoinscrição identitária⁵ e reconhecimento político⁶.

Consequentemente, o “arquivo” de que falo aqui pode ser composto tanto por materiais arquivísticos como por metodologias de sistematização temporal – isto é, de cronologias necessariamente parciais e politizadas. No caso que aqui abordo, veremos como determinadas datas assumem relevância política num contexto de “disputa histórica”, no sentido explorado por Michel-Rolph Trouillot, que afirmava que o poder e a história se conjugam mutuamente: se a história é o fruto do poder, a história também pode fazer descobrir as raízes do próprio poder, e portanto os atores na história são também os seus narradores e vice-versa⁷. É precisamente através de Trouillot que se levanta o problema do passado como objeto que é produto do presente, obedecendo mais a lógicas de relacionalidade atual do que de sedimentação objetiva, sujeito tanto a exposição como a silenciamento. Terá, portanto, uma dimensão necessária de “artifício”, tal como diria Dipesh Chakrabarty⁸.

3 Ann Laura Stoler, “Colonial Archives and the Arts of Governance,” *Archival Science* 2 (2002): 87-109; tradução minha. Ver também Bernard Cohn, *Colonialism and its Forms of Knowledge. The British in India* (Princeton: Princeton University Press, 1996); Ann Laura Stoler, *Along the Archival Grain. Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense* (Princeton: Princeton University Press, 2009); Ruy Llera Blanes, “O tempo dos inimigos. Reflexões sobre uma antropologia da repressão no século XXI,” *Horizontes Antropológicos* 18 (2012): 261-84; Ruy Llera Blanes, “Da Confusão à Ironia. Expectativas e Legados da PIDE em Angola,” *Análise Social* XLVIII (2013): 30-55.

4 Bernard Cohn, *Colonialism and its Forms of Knowledge*, 16.

5 Achille Mbembe, “As Formas Africanas de Autoinscrição,” *Estudos Afro-Asiáticos* 23 (2001): 171-209.

6 Frantz Fanon, *Black Skins White Masks* (Londres: Pluto Press, 1986 (1952)), 8 e seguintes.

7 Michel-Rolph Trouillot, *Silencing the Past. Power and the Production of History* (Boston: Beacon Press, 1995), xix e 2.

8 Dipesh Chakrabarty, “Postcoloniality and the Artifice of History: Who Speaks for ‘Indian’ Pasts?,” *Representations* 37 (1992): 1-26.

Seguindo esta pista, interessa-me portanto pensar no arquivo enquanto “necessidade” quase febril em Angola, involucrado num contexto político de contestação e “refração”, isto é, de disjunção entre governos e cidadanias⁹. Esse contexto é próprio de um momento histórico particular onde, após 41 anos de independência, o país não conhece outro agente, instância ou protagonista da governação que não o MPLA¹⁰, que chegou à liderança do país através de um contestado processo de transição para a independência que culminou nos acordos de Alvor de janeiro de 1975. Após as várias décadas de guerra civil, e uma vez eliminado aquele que foi considerado desde o regime como o principal “inimigo do Estado” e “obstáculo para o país”, Jonas Savimbi¹¹, Angola vive hoje praticamente 15 anos de paz.

No entanto, apesar do contexto de prosperidade económica e autointitulado progresso verificado até 2014, o país continuou (e continua) a experienciar graves problemas no que diz respeito às condições de vida da grande maioria dos seus cidadãos, distribuição da riqueza, justiça social, pluralidade política, liberdade de expressão, etc., fruto de um sistema oligárquico, nepotista e autoritário¹². No entanto, a narrativa oficial do regime – aquela que emerge dos seus canais oficiais de informação e divulgação – continua a insistir naquilo que um colega angolano uma vez chamou de “país das mara-

9 Ver António Tomás, “Refracted Governmentality: Space, Politics and Social Structure in Contemporary Luanda” (Tese de doutoramento, Columbia University, 2012).

10 O MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, foi, junto com a UNITA e a FNLA, um dos protagonistas da guerra de libertação em Angola. Nesse período, a chamada “geração da utopia” (citando o famoso romance de Pepetela) assumiu uma ideologia independentista e revolucionária própria do marxismo-leninismo na sua expressão soviética (ver Ruy Blanes e Abel Paxé, “Atheist Political Cultures in Angola,” *Social Analysis* 59 (2015): 62-80). Desde então, evoluiu para uma auto-intitulada social-democracia e perpetuou-se no poder através da figura de José Eduardo dos Santos, presidente do país desde 1979.

11 Emídio Fernando, *Jonas Savimbi – No Lado Errado da História* (Lisboa: Dom Quixote, 2012); Justin Pearce, *Political Identity and Conflict in Central Angola, 1975-2002* (Cambridge: Cambridge University Press, 2015).

12 Rafael Marques, *Diamantes de Sangue. Corrupção e Tortura em Angola* (Lisboa: Tinta-da-China, 2011); Paulo Faria, *The Post-War Angola: Public Sphere, Political Regime and Democracy* (Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2013); Ricardo Soares de Oliveira, *Magnificent and Beggar Land. Angola since the Civil War* (Londres: Hurst & Co., 2015); Nelson Domingos, *Transição pela Transação. Uma Análise da Democratização em Angola* (Rio de Janeiro: Polo Books, 2015); Domingos da Cruz, *Angola Amordaçada. A Imprensa ao Serviço do Autoritarismo* (Lisboa: Guerra e Paz, 2016).

vilhas”: um país em progresso e desenvolvimento, em direção à “Nova Angola”¹³.

Como procurarei demonstrar, através desta disjunção existe na Angola de hoje uma necessidade de produção de um arquivo subalterno, alternativo a outro que se configura a si mesmo como hegemónico, próprio de uma “temporalidade vitoriosa”, como diria Walter Benjamin¹⁴. Benjamin introduziu essa noção de “história vencedora” – hoje traduzida na ideia de “história dos vencedores” – nas suas *Teses de Filosofia da História*, onde abordava a narrativa histórica (em particular, o materialismo histórico) como um problema de hegemonia “redentora”, isto é, que cumpria o papel de produzir um presente quase “messiânico”, cumprindo uma teodiceia política específica. No entanto, como o próprio Benjamin defenderia, existem contrapontos em “momentos messiânicos” através dos quais essa história vitoriosa é colocada perante uma *citation a l’ordre du jour*, isto é, um questionamento dos seus fundamentos, métodos e configurações¹⁵. Neste sentido, Benjamin especula sobre uma “temporalidade revolucionária” que não só desconstrói a temporalidade hegemónica mas também elabora uma “descoberta retrospectiva”¹⁶ e re-liga passado e presente através de novos itinerários conceptuais. É neste contexto que direi que existe uma espécie de «efeito Benjamin» em Angola, através do qual se procura «ajustar contas» com uma memória vitoriosa, aquela que emana do discurso do MPLA.

Essa procura de um arquivo subalterno emerge a partir de um movimento recente que procura, ao fim e ao cabo, tornar visível, expressivo e público aquilo que poderíamos chamar de “arquivo pessoal”, isto é, as memórias de episódios históricos que se ficam pela esfera privada e familiar, histórias que se deixam de partilhar em coletivo por

13 Jon Schubert, “Working the System. Affect, Amnesia and the Aesthetics of Power in the New Angola” (Tese de doutoramento, University of Edinburgh, 2014).

14 Walter Benjamin, “Theses on the Philosophy of History,” in *Illuminations. Essays and Reflections* (Nova Iorque: Schocken Books, 1968).

15 Ver Ruy Blanes, “Extraordinary Times. Charismatic Repertoires in Contemporary African Prophetism,” in *Ecstasies and Institutions. The Anthropology of Religious Charisma*, ed. Charles Lindholm (Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013), 147-68.

16 Tomoko Masuzawa, “Tracing the Figure of Redemption: Walter Benjamin’s Physiognomy of Modernity,” *MLN* 100 (1985): 514-36.

receio a represálias – a “cultura do medo” que continua a persistir em Angola¹⁷. São, voltando às palavras de Benjamin, arquivos do domínio da experiência pessoal, produto da rejeição da narrativa hegemónica que é diariamente imposta por canais mediáticos “oficiais” como a Televisão Pública de Angola, a Rádio Nacional de Angola e o *Jornal de Angola*.

Revolução: onde tudo começa

Recentemente, os jornalistas Coque Mukuta e Cláudio Fortuna editaram o livro *Os Meandros das Revoluções em Angola*¹⁸. O livro, assumidamente posicionado do ponto de vista político como sendo antirregime, faz referência à emergência do chamado movimento “Revú”, por vezes referido como Movimento Revolucionário¹⁹, que tem protagonizado vários episódios de protesto (e subsequente repressão) contra o regime de José Eduardo dos Santos. Nos cinco anos que mediaram entre essa gênese e o dia de hoje, muitos dos membros do movimento foram perseguidos, torturados, ameaçados, presos e mesmo assassinados. Outros ativistas foram alvo de tentativas de cooptação ou corrupção. Um momento particularmente marcante desse processo de contestação deu-se em 2015, quando 17 ativistas Revús foram presos e acusados de tentativa de golpe de Estado. A prisão dos chamados “15+2” teve o condão de tornar mais visível e internacionalizar o movimento Revú, graças ao envolvimento de entidades políticas e organizações internacionais na sua defesa e na acusação contra o Estado por violação dos direitos humanos.

17 Ruy Blanes, 15 de dezembro de 2015 “Revolutionary States in Angola: ‘Events’ and Political Strife in Angola,” Focaal Blog, <http://www.focaalblog.com/2015/12/15/ruy-llera-blanes-revolutionary-states-in-luanda-events-and-political-strife-in-angola/>.

18 Coque Mukuta e Cláudio Fortuna, *Os Meandros das Revoluções em Angola, Volume 1* (Brasília: Kiron Editora, 2011).

19 É preciso notar, no entanto, que a categoria de “Revú” engloba confluências e sensibilidades contestatárias ao regime que vão mais além do chamado Movimento Revolucionário, um movimento de associação política por parte de alguns dos ativistas que expressa apenas uma dimensão desse ativismo, que inclui artistas, jornalistas, advogados, estudantes, etc. É preciso ter igualmente em conta que no início da década de 2000 existiu um Movimento Revolucionário Independente, fundado em 2004, mas sem intervenção significativa no espaço público.

Um dos vários elementos interessantes do livro em causa é o facto de o mesmo ter sido publicado no próprio ano em que o movimento Revú se “inaugurou”, isto é, se transformou de um conjunto desagregado de pessoas que partilhavam uma visão crítica num movimento ativista mais proactivo e organizado. Neste contexto, por exemplo, é em 7 de março de 2011 que se localiza a génese do movimento, pois foi nessa data que a primeira (tentativa de) manifestação por parte da sociedade civil angolana teve lugar. O evento ganhou uma mediatização até então inédita graças à intervenção, poucos dias antes da data, do rapper Brigadeiro Mata Frakus²⁰ num concerto de Hip Hop no Cine Atlântico, apelando à participação na manifestação e entoando o slogan “Ti-Zé, Tira o Pé!” (pedindo portanto a demissão de José Eduardo dos Santos) e assumindo-se como um dos presentes na manifestação. A utilização dos telemóveis e dos *social media* como meios de divulgação também contribuiu para essa visibilidade²¹.

No entanto, o resultado da convocatória foi... uma “não-manifestação”. Isto porque, à chegada dos primeiros manifestantes ao Largo 1º de Maio, a Polícia de Intervenção Rápida entrou em cena e prendeu as 17 pessoas presentes naquele momento, entre as quais se contava Mata Frakus e o igualmente rapper Carbono Casimiro, assim como vários jornalistas do *Novo Jornal*. Apesar de a manifestação ter sido marcada para a meia-noite do dia 7, o aparato policial mobilizou-se no largo até à manhã do dia seguinte. Essa repressão policial, apesar de bem-sucedida no que se refere à neutralização da manifestação, teve o condão de despertar a consciência ativista por parte de muitos angolanos e motivar movimentos de associação e organização no seu seio. Entre outras coisas, por exemplo, a plataforma Central 7311, criada ainda em 2011 por alguns dos protagonistas da manifestação de 7 de março como uma plataforma de “jornalismo cidadão” através da qual

20 Brigadeiro Mata Frakus (grafia alternativa Matafrakusz) é um dos *alter-egos* artísticos do ativista e músico Luaty Beirão, também conhecido como Ikonoklasta.

21 A convocatória para a manifestação apareceu em primeiro lugar no Facebook, através do pseudónimo “Agostinho Jonas Roberto dos Santos”, uma “súmula” dos líderes dos partidos históricos de Angola. A publicação no Youtube da intervenção de Matafrakusz também foi detonante.

se denunciaram (e continuam a denunciar) situações de injustiça e repressão no país²².

É verdade que antes da referida data existiram outros contextos prévios de contestação. São frequentemente referidas, por exemplo, as manifestações organizadas pelo antigo PADEPA (Partido de Apoio Democrático e Progresso de Angola) ou pelas associações de estudantes da Universidade Agostinho Neto e do grupo MEA liderado por Mfuka Muzemba, das juventudes da UNITA²³, em protesto contra os custos da frequência escolar na época. Igualmente, com a viragem do século, alguns jornalistas começaram a engajar-se numa atividade de denúncia política, até então silenciada pelo regime desde os primeiros anos da independência através dos seus canais de comunicação oficiais. Foi o caso, por exemplo, de alguns meios de comunicação privados que emergiram após a reforma política de 1992 (por exemplo, os jornais *Agora*, *Imparcial*, *Rádio Despertar*, *Folha 8*, e mais recentemente as plataformas digitais *Club-K*, *Rede Angola* e *Maka Angola*, por exemplo), ou da publicação do texto “O Baton da Ditadura” (sic), da autoria de Rafael Marques (*Agora*, 3 de julho de 1999)²⁴. Estes casos constituíram exemplos de simultânea contestação do panorama mediático angolano e da sua pluralização – sendo que a pluralização nem sempre garantiu a liberdade de expressão no país²⁵.

Por outro lado, como afirma Susan de Oliveira²⁶, o movimento rap e hip-hop angolano também se constituiu desde o final da década de 1990 como um dos poucos focos de contestação aberta ao regime. Figuras mais públicas, tais como o Brigadeiro 10 Pacotes e mais tarde o próprio Ikonoklasta *aka* Mata Frakus, transformaram-se durante alguns

22 Ver <https://centralangola7311.net>

23 Mukuta e Fortuna, *Os Meandros*, 23.

24 No referido texto, Rafael Marques elabora uma crítica mordaz ao regime do MPLA, chamando a atenção para a diabolização que o partido faz do então líder da UNITA, Jonas Savimbi.

25 Ver Domingos da Cruz, *A Liberdade de Imprensa em Angola. Obstáculos e Desafios no Processo de Democratização em Angola* (Luanda, Mundo Bantu, 2013).

26 Susan de Oliveira, 9 de outubro de 2015, “O rap e o ativismo pelos direitos humanos em Angola,” *Por Dentro da África*, <http://www.pordentrodafrika.com/noticias/o-rap-e-o-ativismo-pelos-direitos-humanos-em-angola-por-susan-de-oliveira>>. Acessado a 21 de janeiro de 2016. Ver também Blanes, “Revolutionary States”.

momentos no único rosto de questionamento da governação em Angola. Mas também movimentos mais *underground* como o grupo Filhos da Ala Leste, ou os coletivos Circuito Corrente Contínua (CCC, do bairro dos Blocos) e a 3^a Divisão (de Cacuaco), entre muitos outros, foram produzindo, por via áudio e vídeo, conteúdos de contestação explícita contra o regime e em particular José Eduardo dos Santos.

No entanto, a partir de 2011 ergue-se uma “nova era”²⁷, um novo e específico contexto sociopolítico. Por um lado, a nível continental, ocorre a chamada “Primavera Árabe”²⁸, que de certa forma alertou para a possibilidade de que os regimes não são eternos e podem, tal como me afirmou um professor angolano, “cair de podres”²⁹. Por outro lado, a partir da implantação constitucional de 2010, emerge um contexto jurídico problemático. Se por um lado, através do artigo 47^o da nova Constituição, se consagrava a liberdade de expressão e manifestação³⁰, por outro lado incluíram-se vários artigos que não só reforçavam os poderes presidenciais como “fechavam a porta” à participação da sociedade civil no processo político. Esta ambiguidade jurídica produziu uma situação em que se pôs à prova a “veracidade” da autointitulação, por parte do regime, de país verdadeiramente democrático. Tendo em conta o que descrevemos na secção que se segue, essa prova falhou.

Neste contexto, tal como os próprios autores me confirmaram pessoalmente, o livro de Mukuta e Fortuna é, de certa forma, o produto de uma sensação de urgência, uma necessidade de cristalizar, o quanto

27 Mukuta e Fortuna, *Os Meandros*, 25.

28 Referimo-nos aqui aos movimentos de origem revolucionária que deram lugar a processos de transição política, com resultados diversos, no norte de África (Tunísia, Líbia, Egito, etc.) desde 2010.

29 Ver também Asbel Quitunga, “O Poder da Informação nas Relações Internacionais: os Efeitos da Primavera Árabe em Angola” (Tese de mestrado, Universidade de Évora, 2015); e Nuno Dala, *O Pensamento Político dos Jovens Revús. Discurso e Acção* (Luanda: Edição de autor, 2016).

30 O Artigo 47^o da Constituição da República Popular de Angola, relativo à “Liberdade de reunião e manifestação”, refere que “1. É garantida a todos os cidadãos a liberdade de reunião e de manifestação pacífica e sem armas, sem necessidade de qualquer autorização e nos termos da lei. 2. As reuniões e manifestações em lugares públicos carecem de prévia comunicação à autoridade competente, nos termos e para os efeitos estabelecidos por lei.” No entanto, na prática o que se observa é que a grande maioria das manifestações, em particular as que contestam o regime, são reprimidas com o argumento de “segurança do Estado” ou de “perturbação da ordem pública”.

antes, uma série de movimentos e acontecimentos que corriam o risco de “desaparecer” por causa do efeito repressivo do regime angolano. Ao “fazer arquivo”, o próprio livro transformou-se ele próprio numa fonte de arquivo subalterno. O mesmo viria a acontecer cinco anos mais tarde com a publicação do livro *O Pensamento dos Jovens Revús*, em 2016, cujo autor, Nuno Álvaro Dala, à data de publicação se encontrava em prisão preventiva e em processo de condenação por parte do regime na qualidade de integrante dos 15+2. Estes dois livros, junto com a muito recente publicação dos diários de prisão de outro membro dos 15+2, Luaty Beirão³¹, constituem exemplos mais ortodoxos do conjunto de materiais mais heterodoxos que compõem o arquivo subalterno e a partir do qual se constroem as referidas cronologias: desde materiais audiovisuais (fotos, vídeos) a documentos (de ordem jurídica ou quase-jurídica), testemunhos (orais, escritos, audiovisuais) e, também, os próprios eventos que descrevemos na cronologia abaixo.

No entanto, há que referir que esta ansiedade cronológica não tem como objetivo único ou principal selar ou reificar determinados acontecimentos e personagens. Neste sentido, esta ambição arquivística estende-se em duas outras direções. Em primeiro lugar, na tentativa de recuperação de antecedentes, isto é, de acontecimentos e movimentos prévios que permitem entender que os Revús não apareceram “do nada”, e que existe um contexto político, social e moral de legitimação do movimento. E em segundo lugar, no reforço de um “olhar arquivístico subalterno” que combate aquilo que chamei noutra parte de “progressivo encolher” dos materiais históricos disponíveis em Angola, a promoção estatal de uma historiografia que não admite qualquer conceito de pluralidade ou sequer debate³².

Através dessas duas proposições, apercebemo-nos que estamos perante um movimento de anamnese, uma tentativa de elaborar um relato sequencial que possa de certa forma competir com o registo

31 Luaty Beirão, *Sou Eu Mais Livre, Então. Diário de um Preso Político Angolano* (Lisboa, Tinta-da-China, 2016).

32 Ruy Blanes, “Places of No History in Angola” (comunicação apresentada no workshop Atlantic Heritages. Memories, Spirits, Places, Pitt Rivers Museum, Oxford, Janeiro de 2016).

oficial. Esse relato, por um lado, constitui-se como um “arquivo”, no sentido em que se organiza e sistematiza a partir de uma cronologia. Por outro, emerge com um carácter dialético, isto é, em oposição a uma narrativa hegemónica. Neste contexto, tem algum interesse recuperar a famosa análise de James Scott sobre os *hidden transcripts* em contextos de dominação política (1990): a sua referência a um “espaço social de dissidência”³³ através do qual não só emerge uma ideologia de “negação” da dominação, mas também a identificação dos lugares e atores protagonistas que materializam essa linguagem de dissidência – aquilo a que Frantz Fanon chamaria de “substantificação das atitudes”³⁴. Pensando no contexto angolano, os participantes no dia 7 de março de 2011 acabaram por corporizar um sentimento mais difuso de descontentamento social e, ao mesmo tempo, identificar e concretizar o espaço de violência do processo de dominação: os “batons” (bastões) e as armas das forças policiais que os agrediam enquanto procuravam fazer uso do seu direito ao descontentamento. Criaram um espaço de reconhecimento mútuo ao mesmo tempo que sofriam na pele a sua condição externamente imposta de subordinação.

Hoje, cinco anos volvidos desse acontecimento, introduz-se um elemento novo a esse processo de constituição de espaço social de dissidência: a dimensão cronológica. Nas duas secções que se seguem, explorarei duas dimensões daquilo a que chamo de anamnese angolana: a disputa política em função de cronologias, calendários e arquivos divergentes.

Cronologias visíveis e invisíveis

Uma parte significativa do livro de Mukuta e Fortuna organiza-se em torno da elaboração de uma cronologia de eventos, tendo como ponto fulcral o dia 7 de março. A partir daí, a cronologia é composta por datas marcadas por outros episódios de protesto, repressão e violência. As

33 James C. Scott, *Domination and the Arts of Resistance. Hidden Transcripts* (New Haven: Yale University Press, 1990), 108 e seguintes.

34 Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1961]), 197.

datas são as seguintes, adaptadas dos livros de Mukuta e Fortuna e de Dala, assim como de testemunhos diretos e indiretos que fui recolhendo ao longo do meu trabalho de terreno em Angola nos últimos anos:

2011

7 de março: Tentativa de manifestação antigovernamental, convocada pela pseudo-organização Movimento Revolucionário do Povo Lutador de Angola, que culminou com a detenção de 12 pessoas.

2 de abril: Convocada uma “Manifestação pela Liberdade de Expressão em Angola”. Contando com mais de 300 pessoas, foi a única manifestação que não culminou na detenção ou agressão dos manifestantes.

22 de abril: Tentativas abortadas de manifestação no município do Cazenga (em protesto contra condições sanitárias) e na vila de Caxito (em protesto pela melhoria salarial dos professores).

25 de maio: Tentativa abortada de manifestação convocada pelo Movimento Revolucionário Independente, sendo que um dos seus militantes, Luís Bernardo, foi sequestrado pelas forças policiais, enquanto outros terão sido “desmobilizados” pelo MPLA.

3 de setembro: Repressão violenta, por parte das forças policiais, da “Manifestação contra o Presidente José Eduardo dos Santos” (convocada por estudantes universitários) dirigida aos manifestantes e aos jornalistas presentes. Um dos ativistas, Pandita Nehru, encarregue da logística (cartazes, posters, etc.), é sequestrado por desconhecidos. Outros 21 ativistas são agredidos, presos e condenados sumariamente a penas entre 45 dias e 3 meses de prisão por crime de ofensas corporais simples, entre outros.

8 de setembro: Detenção de 27 manifestantes que procuravam protestar, na baixa da cidade, contra a detenção dos ativistas no dia 3 de setembro. Entre os detidos encontrava-se Mfuka Muzemba, posteriormente acusado de conspiração contra o Presidente da República.

3 de dezembro: Dispersão de tentativa de manifestação por parte de aproximadamente 100 pessoas, culminando em 14 feridos.

Esta listagem permite um mapeamento que, de certa forma, ajuda o leitor a preservar uma certa noção cronológica que pontua os primeiros momentos do movimento Revú. Tanto no livro de Mukuta e Fortuna como nas conversas e entrevistas que mantive com vários elementos do movimento, entendi que estava em causa uma mnemónica, uma narrativa testemunhal – em muitos casos em primeira mão – que, através do encadeamento de datas e acontecimentos, produz uma sistematização de “provas”: pessoas, ações, acontecimentos que demonstram a ação repressora do regime angolano.

Entretanto, depois da publicação de *Os Meandros...*, várias outras datas passaram a fazer parte desta cronologia marcada pela violência, invocada pelos Revús. Damos como exemplo, numa lista não exaustiva, os seguintes:

2012

10 de março: Cerca de 40 manifestantes são atacados no Cazenga. Vários manifestantes, assim como jornalistas e membros do partido Bloco Democrático, são agredidos.

23 de maio: Um grupo de indivíduos pertencentes a milícias governamentais ataca e vandaliza a casa do ativista e rapper Carbono Casimiro, onde se encontravam vários ativistas reunidos. Registam-se avultados danos pessoais e materiais.

27 de maio: Data de desaparecimento dos ativistas Alves Camuligue e Isaías Cassule, posteriormente reconhecidos como assassinados às mãos dos Serviços de Inteligência e Segurança do Estado (SINSE), e cujos cadáveres foram atirados ao rio Dande, no Bengo, e devorados por jacarés (ver *Club-K*, 9 de novembro de 2013).

7 de junho: Manifestação de cerca de 3000 veteranos de guerra em Luanda, em protesto contra o atraso no pagamento das suas pensões, no que terá sido uma das manifestações de protesto mais multitudinárias da história de Angola.

2013

30 de março: Cerca de 20 pessoas são detidas em Luanda pela Polícia Nacional durante uma tentativa de manifestação pelo “Direito à Vida e Liberdade para Quem Pensa Diferente” e em protesto pelo desaparecimento de Cassule e Kamulingue.

27 maio: Manifestantes que participavam numa vigília convocada pelo Movimento Revolucionário, em protesto pelo desaparecimento, desde 27 de maio de 2012, de Isaías Cassule e Alves Kamulingue, são dispersos à bastonada.

23 de novembro: Assassinato do ativista do partido CASA-CE Hilberto Ganga, às mãos de um elemento da Segurança Presidencial, após ter sido detido por colar cartazes políticos perto da residência do Presidente da República. Morreu com um tiro pelas costas. O réu foi absolvido e citado pelo juiz da causa como tendo “prestado um serviço relevante à pátria” (*Club-K*, 26 de novembro de 2015).

2014

23 de novembro: Brutal agressão à ativista Laurinda Gouveia por parte de agentes do SINSE à paisana, numa manifestação que pedia a demissão do Presidente da República.

7 de dezembro: Tentativa de organização da “Marcha contra a Violência Policial”, inviabilizada pelos agentes do SINSE (Serviço de Inteligência e Segurança do Estado) e culminando na retenção ilegal de vários ativistas durante horas.

2015

20 de junho: Detenção de vários ativistas que participavam num “Grupo de Debate” na Vila Alice, e posterior acusação aos mesmos de “tentativa de golpe de Estado”, num processo que veio a ser internacionalmente conhecido como “15+2”. Os presos discutiam a tradução do livro *From Dictatorship to Democracy*, de Gene Sharp (publicado em 1994), e a sua adaptação ao contexto angolano por um dos presentes,

Domingos da Cruz³⁵. Após vários meses em prisão preventiva (excedendo o limite legalmente previsto), os 15+2 são julgados e condenados, já em 2016, a penas entre 2 e 8 anos de prisão por “associação e malfeitoria” e “tentativa de rebelião”.

2016

28 de março: O ativista Francisco Mapanda (Dago Nível Intelecto) é condenado sumariamente a 8 meses de prisão por injúrias, após ter afirmado em tribunal, aquando da leitura da sentença dos 15+2, que o julgamento era “uma palhaçada” e que “os palhaços estavam identificados”.

6 de agosto: Assassinato à queima-roupa, às mãos da polícia angolana, do adolescente de 14 anos, Rufino, por tentar defender a sua casa de chapa durante uma intervenção de demolição forçada de duas mil casas, no bairro do Zango II.

Uma primeira constatação que esta lista nos oferece é que muitas das datas aqui indicadas fazem referência a “não-eventos”³⁶, tentativas abortadas e reprimidas de organização de acontecimentos de carácter público e com efeito político, por parte (e sem exceção) das forças da autoridade governamental. No entanto, a sua própria condição de “eventualidades” acaba por determinar o seu conteúdo político e histórico: não são episódios de vitórias políticas, mas sim de resistência subalterna. Voltando ao conceito de “espaço social” de Scott, a “eventualidade” surge precisamente no ponto de encontro (ou melhor, confronto) entre a tentativa de manifestação e a sua repressão.

Neste contexto, apercebemo-nos que as datas assumem o carácter de mnemónica, pontuando o calendário com episódios de confronto político e produzindo uma sensação de “diacronia infeliz”, que por sua vez contrasta com a diacronia glorificadora emanada da pedagogia estatal, que

³⁵ Domingos da Cruz, *Ferramentas para Destruir o Ditador e Evitar Nova Ditadura: Filosofia Política da Libertação para Angola* (Luanda: Mundo Bantu, 2015).

³⁶ Blanes, “Revolutionary States”.

abordamos na secção seguinte³⁷. Há aqui, claramente, aquilo a que Cristina Sánchez Carretero chamou recentemente de “arquivo do luto”³⁸, assente na vontade de “guardar”, para além do efémero, memórias traumáticas para lá dos registos e formalidades oficiais. Será este, precisamente, o “efeito Benjamin” que os Revús propõem para Angola: uma releitura do movimento histórico em função das experiências de repressão e resistência.

Recuperando memórias perdidas

O movimento de anamnese dos Revús também é, de certa forma, um movimento de releitura da história de Angola como país independente. Neste sentido, o país e a sua capital estão cobertos de referências cronológicas à história vitoriosa do país – em particular aquela que emerge da guerra de libertação –, plasmadas em monumentos, onomásticas, etc. As principais são:

4 de fevereiro de 1961: Data em que um conjunto de angolanos ataca a prisão de São Paulo em Luanda, onde se encontravam detidos vários presos políticos. Data tida como o início da sublevação armada na colónia portuguesa.

11 de novembro de 1975: Data de declaração da independência de Angola, proferida por Agostinho Neto no Largo 1º de Maio. Nesta data enquadra-se também a Batalha de Kifangondo, entre as forças armadas do MPLA (FAPLA) e a FNLA, apoiadas respetivamente pelos exércitos cubano e zairense e sul-africano.

10 de setembro de 1979: Data do falecimento de Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola.

4 de abril de 2002: Assinatura, após a morte do líder da UNITA Jonas Savimbi, do Memorando de Entendimento de Luena (Moxico), que pôs fim à guerra civil em Angola

37 Ver também Blanes e Paxe, “Atheist Political Cultures”.

38 Cristina Sánchez-Carretero, *El Archivo del Duelo. Análisis de la respuesta ciudadana ante los atentados del 11 de marzo en Madrid* (Madrid: CSIC, 2011).

Estas datas fazem parte do vocabulário quotidiano dos angolanos, devolvendo-os ciclicamente a um passado revolucionário e independentista, marcado pela inauguração da promessa de uma “Nova Angola”, liberta dos “grilhões do colonialismo”³⁹. No entanto, 41 anos volvidos, essa “Nova Angola” tarda em chegar. Neste contexto, o “efeito Benjamin” proposto pelos Revús produz um vocabulário temporalizante paralelo, através do qual se descobre uma espécie de *doppelgänger* angolano, um duplo histórico com os mesmos marcos históricos, localidades e protagonistas, mas com diferentes tonalidades morais, efeitos e consequências.

Neste contexto, talvez um dos episódios mais invocados neste processo seja o do chamado “fraccionismo” que ocorreu a 27 de maio de 1977, em que um movimento de oposição interna no MPLA, liderado por Nito Alves, foi brutalmente reprimido pela liderança de Agostinho Neto com a ajuda das forças armadas cubanas, motivando igualmente uma perseguição e execução sumária dos seguidores e simpatizantes de Nito Alves em Luanda. O resultado foi o massacre de dezenas de milhares de angolanos, naquilo a que Dalila e Álvaro Mateus chamariam de “purga em Angola”⁴⁰.

Este episódio não é de todo desconhecido na realidade angolana, antes pelo contrário. Circulando por zonas como o Cazenga ou Cacuaco, por exemplo, foram-me indicados várias vezes locais de execução coletiva, hoje sem qualquer vestígio físico do acontecimento. No entanto, após uma breve declaração pelo atual Presidente da República em 1992, encontra-se banido da memória oficial, constituindo-se como “trauma reprimido”⁴¹.

Mas a história dos massacres não termina em 1977. A 30 de outubro de 1992, na sequência dos Acordos de Bicesse que permitiram

39 MPLA, *História de Angola* (Porto; Afrontamento, 1965).

40 O livro em causa, recorde-se, foi altamente contestado por figuras do regime angolano à altura e motivou vários processos em tribunal (Angonotícias, 21 de março de 2010). Mateus, Dalila e Álvaro Mateus, *Purga em Angola. Nito Alves, Sita Valles, Zé Van Dunem, o 27 de maio de 1977* (Lisboa: Edições Asa, 2007).

41 Lara Pawson, *In the Name of the People. Angola's Forgotten Massacre* (Londres ; IB Tauris, 2015).

uma (breve) interrupção da guerra civil e a concretização das primeiras eleições “democráticas” em Angola, produziu-se o assassinio de milhares de apoiantes da UNITA e do FNLA que se encontravam em Luanda após o ato eleitoral desse ano, numa tentativa de “decapitar” a liderança política dos adversários do MPLA (*DW*, 29 de outubro de 2012)⁴².

Poucos meses depois, a 22 e 23 de janeiro de 1993, teve lugar ainda outro massacre: a chamada “sexta-feira sangrenta”, que vitimou igualmente dezenas de milhares de angolanos de etnia bakongo, na sequência de um rumor que circulou sobre a presença em Luanda de três esquadrões de zairenses, chegados do Soyo e do Huambo, que pretendiam assassinar o Presidente José Eduardo dos Santos⁴³. Apesar de assentar num mero rumor, o resultado foi catastrófico: forças de segurança e cidadãos comuns atacaram membros bakongo, produzindo-se vários casos de assalto, pilhagem, agressão, linchamento e assassinato, tanto em Luanda como em Benguela⁴⁴.

Outro episódio bastante menos notório que os acima referidos foi o assassinato de Mfulupinga Lando Vítor, professor da Universidade Agostinho Neto, antigo militante da FNLA, fundador-presidente do partido minoritário PDP-ANA (Partido Democrático para o Progresso de Aliança Nacional) e deputado pelo mesmo partido. Lando foi executado por desconhecidos, com uma metralhadora AK47, no bairro do Cassenda a 2 de julho de 2004. Era conhecido por ser um deputado crítico e interventivo na Assembleia da República, o que terá culminado na sua execução. Os autores do crime nunca foram encontrados.

42 O massacre não se resumiu a Luanda, estendendo-se de norte a sul do país. Na província do Namibe, por exemplo, foram assassinadas 610 pessoas (*Voz da América*, 5 de janeiro de 2015). Ver também Fernando, *Jonas Savimbi*.

43 Jean-Michel Mabeko-Tali, “La Chasse aux Zairois à Luanda,” *Politique Africaine* 57 (1995): 71–84 ; Luena Pereira, “Os Bakongo de Angola: Religião, Política e Parentesco num Bairro de Luanda” (Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 2004).

44 Existe, nestes dois últimos episódios, um pano de fundo relacionado com a questão étnica em Angola. Em particular, com a ideia recorrentemente invocada de que o projeto de nação do MPLA é um projeto oriundo da etnia “umbundu” e que, apesar da sua tentativa de construir um projeto de nação supraétnico, exerceu uma discriminação ativa sobre grupos étnicos que pudessem supor uma ameaça à sua liderança, em particular os ovumbundu e os bakongo. Em qualquer caso, é revelador do pendor tribalista que marca a política partidária em Angola. Ver, por exemplo, Marcelo Bittencourt “A criação do MPLA”, *Estudos Afro-Asiáticos* 32 (1997): 185-208; Carlos Serrano, *Angola. Nascimento de uma Nação. Um Estudo sobre a Construção da Identidade Nacional* (Luanda: Kilombelombe, 2008); Pearce, *Political Identity*.

Na visão dos Revús que fui conhecendo, estes episódios não só revelam uma história alternativa de Angola mas também se colocam em continuidade com os episódios que marcam a sua própria luta. Muitas das suas reivindicações plasmadas nos seus cartazes e nas redes sociais reivindicam memória e justiça para estas datas⁴⁵. Neste contexto, o “arquivo Revú” também emerge, de certa forma, em interlocução com estas datas alternativas. Podemos apreciar essa confluência nos vários *posters* que anunciam manifestações dos Revús, que pedem justiça histórica e simultaneamente se constituem como factos históricos.



Imagem 1: Poster de manifestação com referência visual ao fracionismo de 1977 e ao início da governação de José Eduardo dos Santos. Fonte: Arquivo pessoal de Ruy Blanes.

Conclusão: arquivo e utopia

Recentemente, Paul Basu e Ferdinand de Jong referiram-se aos arquivos como “instituições utópicas” produtoras de determinados “espaços públicos” onde a promessa de um “entendimento total” das coisas emerge⁴⁶.

45 Um dos ativistas mais conhecidos do movimento Revú, também ele um dos 15+2, utiliza o *alias* “Nito Alves”, precisamente numa lógica de recordar um personagem incómodo para o MPLA. Outro ativista do Movimento Revolucionário que conheci fazia-se chamar igualmente de “27 de Maio”.

46 Paul Basu e Ferdinand de Jong, “Utopian Archives, Decolonial Affordances. Introduction to Special Issue,” *Social Anthropology* 24 (2016): 5-9.

Quem já trabalhou com arquivos coloniais, descobrindo e navegando por universos de informação recolhida, sistematizada e enquadrada, certamente se identifica com essa noção. Mas também já se terá sentido frustrado ou frustrada ao encontrar-se perante os limites, silêncios e ausências provocadas pelo enquadramento heurístico idealizado pelos criadores e gestores dos arquivos⁴⁷. Neste sentido, os arquivos nascem e reproduzem-se no seio de pré-configurações epistemológicas, determinadas pelos processos de *commencement* e *commandement* de que falava Derrida.

Existe certamente um lado utópico nos arquivos que aqui descrevi – tanto o hegemónico do MPLA como o subalterno dos Revús e de quem contesta o atual regime. Ambos procuram criar um “espaço social” marcado pelas suas opções políticas. Se o arquivo do MPLA, dominado pela ideologia escatológica da “Nova Angola”, é marcado por uma estratégia explícita de memória seletiva e amnésia, o arquivo dos Revús, por seu turno, é anamnésico, na medida em que transforma essa amnésia num problema político. É precisamente através do “efeito Benjamin” deste arquivo subalterno que se descobrem histórias alternativas. Neste caso, emerge um problema implícito: a questão geracional – ou o momento a partir do qual, para uma camada sociodemográfica angolana, a referida “geração da utopia” de Pepetela se transforma na “degeneração da utopia” através da repetição dos erros do passado, ou mais concretamente a perpetuação de um sistema de tipo colonial. Noutras palavras, a desconstrução de uma semântica histórica construída em função de uma ordem de poder gerontológica.

Em qualquer caso, não se vislumbra nestes arquivos um “fim”, tal como se pôde estabelecer a propósito dos arquivos coloniais: eles são inerentes à disputa política que decorre em Angola. Neste sentido, este texto também faz, de certa forma, parte do arquivo subalterno.

47 Thomas Richards, *The Imperial Archive: Knowledge and the Fantasy of Empire* (Londres: Verso, 1993); Ann Laura Stoler, “Colonial Archives and the Arts of Governance,” *Archival Science* 2 (2002): 87-109; e *Along the Archival Grain. Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense* (Princeton: Princeton University Press, 2009); Ricardo Roque e Kim Wagner, eds., *Engaging Colonial Knowledge: Reading European Archives in World History* (Cambridge: Cambridge University Press, 2012).

BIBLIOGRAFIA

- Basu, Paul e Ferdinand de Jong. "Utopian Archives, Decolonial Affordances. Introduction to Special Issue." *Social Anthropology* 24: 1 (2016): 5-9.
- Beirão, Luaty. *Sou Eu Mais Livre, Então. Diário de Um Preso Político Angolano*. Lisboa: Tinta-da-China, 2016.
- Benjamin, Walter. "Theses on the Philosophy of History." In *Illuminations. Essays and Reflections*. Nova Iorque: Schocken Books, 1968.
- Bittencourt, Marcelo. "A Criação do MPLA," *Estudos Afro-Asiáticos* 32 (1997): 185-208.
- Blanes, Ruy Llera. "Places of No History in Angola." Comunicação apresentada no workshop *Atlantic Heritages. Memories, Spirits, Places*, Pitt Rivers Museum Oxford, janeiro de 2016.
- . 15 de dezembro de 2015, "Revolutionary States in Angola: 'Events' and Political Strife in Angola", Focaaal Blog, <http://www.focaaalblog.com/2015/12/15/ruy-llera-blanes-revolutionary-states-in-luanda-events-and-political-strife-in-angola/>.
- . "Da Confusão à Ironia. Expectativas e Legados da PIDE em Angola," *Análise Social XLVIII:1* (2013): 30-55.
- . "Extraordinary Times. Charismatic Repertoires in Contemporary African Prophetism." In *Ecstasies and Institutions. The Anthropology of Religious Charisma*, editado por Charles Lindholm, 147-68. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013.
- . "O Tempo dos Inimigos. Reflexões sobre uma Antropologia da Repressão no Século XXI," *Horizontes Antropológicos* 18: 37 (2012): 261-84.
- Blanes, Ruy e Abel Paxe. "Atheist Political Cultures in Angola," *Social Analysis* 59:2 (2015): 62-80.
- Chakrabarty, Dipesh. "Postcoloniality and the Artifice of History: Who Speaks for 'Indian' Pasts?," *Representations* 37 (1992): 1-26.
- Cohn, Bernard. *Colonialism and its Forms of Knowledge. The British in India*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- Cruz, Domingos da. *Angola Amordaçada. A Imprensa ao Serviço do Autoritarismo*. Lisboa: Guerra e Paz, 2016.
- . *Ferramentas para Destruir o Ditador e Evitar Nova Ditadura: Filosofia Política da Libertação para Angola*. Luanda: Mundo Bantu, 2015.
- . *A Liberdade de Imprensa em Angola. Obstáculos e Desafios no Processo de Democratização em Angola*. Luanda: Mundo Bantu, 2013.
- Dala, Nuno Álvaro. *O Pensamento Político dos Jovens Revús. Discurso e Acção*. Luanda: Edição de autor, 2016.
- Derrida, Jacques. *Archive Fever. A Freudian Impression*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- Domingos, Nelson. *Transição pela Transação. Uma Análise da Democratização em Angola*. Rio de Janeiro: Polo Books, 2015.
- Fanon, Frantz. *Black Skins White Masks*. Londres: Pluto Press, 1986 (1952).
- . *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 (1961).
- Faria, Paulo. *The Post-War Angola: Public Sphere, Political Regime and Democracy*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2013.
- Fernando, Emídio. *Jonas Savimbi: No Lado Errado da História*. Lisboa: Dom Quixote, 2012.
- Mabeko-Tali, Jean-Michel. «La Chasse aux Zairois a Luanda,» *Politique Africaine* 57 (1995): 71-84.
- Marques, Rafael. *Diamantes de Sangue. Corrupção e Tortura em Angola*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011.
- Masuzawa, Tomoko. "Tracing the Figure of Redemption Walter Benjamin's Physiognomy of Modernity," *MLN* 100:3 (1985): 514-36.

Mateus, Dalila e Álvaro Mateus. *Purga em Angola. Nito Alves, Sita Valles, Zé Van Dunem, o 27 de Maio de 1977*. Lisboa: Edições Asa, 2007.

Mbembe, Achille. “As Formas Africanas de Autoinscrição,” *Estudos Afro-Asiáticos* 23:1 (2001): 171-209.

MPLA. *História de Angola*. Porto: Afrontamento, 1965.

Mukuta, Coque e Cláudio Fortuna. *Os Meandros das Revoluções em Angola, Volume 1*. Brasília: Kiron Editora, 2011.

Oliveira, Ricardo Soares de. *Magnificent and Beggar Land. Angola since the Civil War*. London: Hurst & Co., 2015.

Oliveira, Susan de, 9 de outubro de 2015, “O Rap e o Ativismo pelos Direitos Humanos em Angola”, Por Dentro da África, <http://www.pordentrodafrica.com/noticias/o-rap-e-o-ativismo-pelos-direitos-humanos-em-angola-por-susan-de-oliveira>.

Pawson, Lara. *In the Name of the People. Angola's Forgotten Massacre*. Londres: IB Tauris, 2015.

Pearce, Justin. *Political Identity and Conflict in Central Angola, 1975-2002*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

Pereira, Luena. “Os Bakongo de Angola: Religião, Política e Parentesco num Bairro de Luanda.” Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 2004.

Quitunga, Asbel. “O Poder da Informação nas Relações Internacionais: os Efeitos da Primavera Árabe em Angola.” Tese de mestrado, Universidade de Évora, 2015.

Richards, Thomas. *The Imperial Archive: Knowledge and the Fantasy of Empire*. Londres: Verso, 1993.

Roque, Ricardo e Kim Wagner, eds. *Engaging Colonial Knowledge: Reading European Archives in World History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Sánchez-Carretero, Cristina, ed. *El Archivo del Duelo. Análisis de la respuesta ciudadana ante los atentados del 11 de marzo en Madrid*. Madrid: CSIC, 2011.

Schubert, Jon. “Working the System. Affect, Amnesia and the Aesthetics of Power in the New Angola.” Tese de doutoramento, University of Edinburgh, 2014.

Scott, James C. *Domination and the Arts of Resistance. Hidden Transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990.

Serrano, Carlos. *Angola. Nascimento de uma Nação. Um Estudo sobre a Construção da Identidade Nacional*. Luanda: Kilombelombe, 2008.

Sharp, Gene. *From Dictatorship to Democracy. A Conceptual Framework for Liberation*. Boston MA: Albert Einstein Institution, 1994.

Stoler, Ann Laura. *Along the Archival Grain. Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

———. “Colonial Archives and the Arts of Governance,” *Archival Science* 2 (2002): 87-109.

Tomás, António. “Refracted Governmentality: Space, Politics and Social Structure in Contemporary Luanda.” Tese de doutoramento, Columbia University, 2012.

Trouillot, Michel-Rolph. *Silencing the Past. Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995.

Referência para citação:

Blanes, Ruy Llera. “A Febre do Arquivo. O “efeito Benjamin” e as revoluções angolanas.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 3 (2016): 71-92.